A INSERÇÃO DA TEMÁTICA DE GÊNERO NA ESCOLA: análise de um Projeto Político Pedagógico

João Paulo FERRAZ[1]; Luciana de Abreu NASCIMENTO[2]

RESUMO

A partir das reivindicações que emergem na sociedade e que questionam os papéis e funções sociais que estruturam as políticas hegemônicas reguladoras, as discussões de gênero são defendidas como integrantes da formação humana, restando questionar como/se essas têm se aproximado do espaço escolar. A fim de contribuir com esse debate, analisamos o Projeto Político Pedagógico de uma escola do munícipio de Poços de Caldas/MG, utilizando-nos de procedimentos do paradigma indiciário (GINZBURG, 1990) para identificar passagens do documento nas quais as temáticas de gênero e diversidade são trazidas para o planejamento escolar a fim de discutir como essas a se inserem na instituição, mesmo que as novas normativas nacionais tentem deslegitimar a discussão.

Palavras-chave: Diversidade; Educação; Gênero; Projeto Político Pedagógico.

1. INTRODUÇÃO

Com o advento de reivindicações frente aos novos papéis e funções sociais que emergem na sociedade, sujeitos de grupos sub representados, com o intuito de buscar uma maior representatividade, lutam por políticas que os legitimem perante uma estrutura de poder hegemônica reguladora, heterossexual, em que a não problematização de gênero suprime a pluralidade cultural que pode romper com as normativas socialmente instituídas e mantidas, e que limitam a uma única forma de ser.

Contestando ideias cristalizadas, Butler (2016, p. 31) define que gênero, tanto como dimensão de análise, quanto "como uma 'marca' de diferença biológica, linguística e/ou cultural", dialoga com os discursos e modalidades raciais, étnicas, de classe, sexuais e identidades constituídas. Assim, gênero pode ser compreendido como um significado assumido por um corpo por meio de um conjunto de relações e não somente um atributo individual, o sexo biológico.

A partir desse entendimento, reforça-se a defesa (LOURO, 2001) de que as discussões sobre gênero devem se aproximar do espaço escolar como forma de contestar discursos naturalizados que conformam identidades e perpetuam posições opressoras e discriminatórias.

[1] Discente do curso de Licenciatura em Geografia – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais – Campus Poços de Caldas – E-mail: joaopaulo_filosofia@hotmail.com
[2] Docente do curso de Licenciatura em Geografia – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais – Campus Poços de Caldas – E-mail: luciana.nascimento@ifsuldeminas.edu.br

Contudo, opondo-se a esse movimento, o governo federal esquiva-se do debate, como vemos nas orientações expressas na Base Nacional Comum Curricular – BNCC (2017) e no Plano Nacional de Educação – PNE (2014/2024) que minimizam o enfoque nas questões de gênero e diversidade.

Compreendendo gênero como uma dimensão de análise social, analisamos o Projeto Político Pedagógico (PPP) de uma Escola Municipal de Ensino Fundamental I e II de Poços de Caldas/MG, como parte de Projeto de Pesquisa[3], buscando identificar como as ideias de gênero e diversidade se inserem no espaço escolar, ainda que as atuais políticas educacionais tentem deslegitimá-las.

2. MATERIAL E MÉTODOS

Para atender o objetivo deste trabalho, analisamos o PPP com o intuito de investigar se e como as discussões de gênero aparecem no espaço escolar, mesmo que de forma implícita. Para essa análise, os trechos que remetem às questões de diversidade e gênero foram organizados em quadros e categorizados conforme objetivos e princípios para educação expresso na LDB (1996). Essa escolha se deu a fim de destacar a ocorrência do tema no documento e os objetivos educacionais que se atrelam a ele.

Para identificação de passagens implícitas no documento, adotamos procedimentos do paradigma indiciário que, como explica Ginzburg (1990) busca rastrear indícios que remetem a algum evento que não somos capazes capturar em sua integridade, neste caso específico, as discussões que definem o que deve constar nas diretrizes e planejamentos, restando ao pesquisador realizar inferências a partir do material disponível.

3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Pela análise do PPP, buscamos evidenciar (quadro 1) as formas com que as temáticas de gênero (1 ocorrência) e diversidade (5 ocorrências) aparecem como elementos que subsidiam o trabalho docente frente conciliação das diferenças que se apresentam no contexto escolar, preenchido por situações cotidianas desafiadoras.

[3] Projeto de Pesquisa com fomento do NIPE, edital 34/2016.

Categorias	Trechos do PPP	Indícios de princípios e objetivos da educação
Diversidade	Respeito e valorização da comunidade escolar.	Fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social.
	Integrar estudantes com deficiências possibilitando a inclusão de forma que esses obtenham êxito em suas atividades escolares [...].	Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola.
	Valorizar todo tipo de atividade avaliativa [...] considerando as especificidades de cada estudante.	
	Planejar, orientar, adequar e organizar materiais, recursos e adaptações necessárias para a facilitação da aprendizagem do estudante com deficiência.	
	Preparar e aplicar atividades avaliativas em conformidade com as habilidades que o educando deficiente possui.	
Gênero	Promover ações que combatam a violência, o bullying, o preconceito e o racismo na escola, [a fim de] evitar todo e qualquer tipo de violência física e moral que fere a dignidade humana.	Consideração com a diversidade étnico-racial. Respeito à liberdade e apreço à tolerância.

Quadro 1: Ocorrências das temáticas de diversidade e gênero no PPP

No PPP analisado, mesmo com as poucas ocorrências explícitas do tema, encontramos indícios de que exista naquela comunidade escolar o compromisso com a educação e formação integral do sujeito, em que a escola valoriza os diversos aspectos sociais, éticos, estéticos e morais que permeiam as relações humanas.

Nesse sentido, destacamos dois eixos que nos permitem inferir que a valorização da diversidade é presente nesse espaço escolar, considerando os diversos perfis de aprendizagem. Um diz respeito à educação da pessoa com deficiência, presente no PPP por exigência legal, e outro que, de maneira genérica, aparece de forma difusa na ideia de valorização da diversidade.

Com seguimento na ideia de valorização da diversidade, compreendemos que a escola, ao propor ações que combatam a violência e o preconceito, que circundam grupos mais vulneráveis aos estigmas impostos pela sociedade, permite um tratamento que seja igualitário e que debata os direitos sociais. Percebemos indícios de que essa ação proposta no PPP pode

remeter às questões de gênero, pois além do racismo explicitado no texto, ideias pré-concebidas sobre gênero evidenciam outros preconceitos que permeiam as relações intraescolares.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, apresentamos uma parte de nossa análise do PPP o qual, de forma integral, nos permitiu perceber que a escola possui indícios formais de ser aberta ao diálogo e às discussões sobre gênero, uma vez que possui ações que garantem a participação de toda a comunidade escolar, com o intuito de construir uma escola democrática e "fortalecer a parceria entre a direção, corpo docente, funcionários, famílias e estudantes"[4].

De maneira geral, o texto do PPP remete às discussões que são propostas nas Diretrizes Curriculares Nacionais, que previam o debate de gênero nas escolas como forma de Educação em Direitos Humanos, mas que agora serão substituídas pela BNCC que omiti tal discussão.

A presença do tema no PPP se dá, possivelmente, devido às várias transformações que aconteceram no campo do discurso, e que já são contempladas em algumas passagens de nossa legislação. No entanto, há, ainda, a necessidade de uma maior expressividade nos documentos oficiais para que a efetivação do discurso seja posto em prática para diminuir os mecanismos que seguem subordinando e/ou fragilizando essa discussão.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. **LDB** - Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996.

BUTLER, J. **Problemas de gênero:** feminismo e subversão da identidade. 11. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016. Tradução de: Renato Aguiar.

GINZBURG, Carlo. "Sinais: raízes de um paradigma indiciário". _____ **Mitos, emblemas, sinais:** Morfologia e História. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

LOURO, G. L. Teoria Queer: uma política pós-identitária para a educação. **Revista Estudos Feministas,** Florianópolis, v. 9, n. 2, p.541-553, 2001. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2001000200012>. Acesso em: 05 jul. 2017.

[4] Trecho retirado do PPP analisado.